

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N.º

DE 2008

(Do Sr. BETO FARO)

Requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para discutir a questão das reavaliações de agrotóxicos.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, reunião de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa para solicitar esclarecimentos quanto a situação das reavaliações de agrotóxicos no país com a presença de representantes do Ministério da Agricultura, da ANVISA, CONFEA, entidades de Defesa do Consumidor e Ministério do Meio Ambiente.

Justificação

Senhor Presidente, a segurança alimentar e a proteção ao meio ambiente passam necessariamente pela função do Estado em controlar a qualidade dos produtos e serviços ofertados à população. Não é novidade as pressões de setores da indústria em impedir a ação do Estado nesse contexto, em especial na área produção de insumos farmacêuticos e de agrotóxicos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária vem sendo alvo de inúmeras ações judiciais desde o início do ano por parte das empresas do setor como pelo próprio Sindicato Nacional das Indústrias de Produtos para Defesa Agrícola que reúne fabricantes nacionais e estrangeiros de agrotóxicos e similares.

Produto como o acefato apontado em diversos estudos e alertas internacionais como cancerígeno e vetado em vários países foi alvo desse processo tendo conseguido manifestação contrária à sua proibição de uso.

Outro produto, só para exemplificar melhor, tem sido alvo dessa batalha. O carbofuran, proibido na União Européia desde 2005. Em apenas dois anos, a importação desse produto apresentou expressiva alteração no período: saiu de um milhão de quilos para dois milhões de quilos. Atas das reuniões do Comitê Técnico de Assessoramento de Agrotóxicos evidenciam as divergências que vem ocorrendo sobre o assunto.

Sr. Presidente, creio ser urgente uma Audiência Pública de forma a termos informações precisas dos órgãos responsáveis para que possamos cumprir com nossa missão constitucional de zelar e

fiscalizar atos em defesa dos interesses da população solicitando a Vossa Excelência e aos membros dessa Comissão a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de novembro de 2008.

Deputado **Beto Faro**
PT-PA